



ANÁLISE DO REGISTRO DO RISCO GESTACIONAL NOS CARTÕES DE PRÉ-NATAL

Elisiane Soares Novaes¹, Rosana Rosseto de Oliveira², Emiliana Cristina Melo³, Patrícia Louise Rodrigues Varela Ferracioli⁴, Thais Aidar de Freitas Mathias⁵, Débora Regina de Oliveira Moura

RESUMO: Este estudo teve por objetivo analisar o preenchimento do risco gestacional nos cartões das gestantes residentes em Maringá, Paraná, atendidas pelo Sistema Público de Saúde. Foram analisados os cartões de 611 puérperas, das quais somente 405 tiveram seus cartões preenchidos durante o pré-natal quanto ao risco gestacional, sendo que destas, 322 (79,5%) foram classificadas como Risco Habitual, 61 (15,1%) como Alto Risco, e 22 (5,4%) como Risco Intermediário. As diferenças entre o preenchimento do risco gestacional e a escolaridade materna mostraram-se estatisticamente significativas ($p \leq 0,04$). Evidenciou-se que o Cartão elaborado pelo Programa Rede Mãe Paranaense favorece a avaliação e o preenchimento do risco ($p < 0,00$) quando comparado a outros tipos de cartões de pré-natal. Os resultados evidenciaram que os registros das avaliações do risco gestacional ainda são negligenciados pelos profissionais que realizam o acompanhamento pré-natal. Considerando que esta avaliação deve ser realizada rotineiramente e repetida a cada consulta, os níveis de completude se mostram insatisfatórios.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de serviços de saúde; Cuidado pré-natal; Saúde materno-infantil.

1 INTRODUÇÃO

A secretaria da saúde do Estado do Paraná (Sesa) objetivando estruturar a atenção materno-infantil no Estado e alcançar melhores indicadores de saúde, atendendo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançou em 2011 o Programa Rede Mãe Paraense. Este programa organiza as ações do acompanhamento pré-natal, puerperal e do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no primeiro ano de vida, além de integrar propostas contidas em programas nacionais, tais como, o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN) e a Rede Cegonha (BRASIL, 2012a). Dentre as ações preconizadas encontra-se a captação precoce das gestantes usuárias da rede pública de saúde, e a classificação do risco gestacional em cada consulta, além da vinculação ao hospital de referência para o parto (BRASIL, 2012a).

A avaliação e classificação das gestantes segundo o risco gestacional é o instrumento norteador da atenção pré-natal, uma vez que, de acordo com o grau de risco que a gestante apresenta, há distinção no objetivo, no conteúdo, no número de consultas e no tipo de profissional que presta a assistência. Essa avaliação estabelece graus de necessidade de cuidados que vai desde o mínimo, para gestantes de baixo risco, até o máximo, para aquelas com alta probabilidade de sofrer danos à saúde (BRASIL, 2012b).

O cartão da gestante é um importante instrumento de registro utilizado na assistência pré-natal, facilitando a comunicação entre os diferentes níveis de atenção à saúde. Todos os procedimentos e condutas realizados durante a consulta devem ser registrados nesse documento. É através dele, que em qualquer nível da atenção, a gestante poderá ser identificada quanto ao grau de cuidados exigidos (NETO, 2012).

É indispensável que a avaliação do risco seja permanente, aconteça em todas as consultas de pré-natal, e sempre seja registrada no cartão da gestante. A precoce e contínua identificação das gestantes segundo graus de risco norteará o encaminhamento das gestantes quando necessário aos serviços de maior complexidade, impactando nos indicadores de morbimortalidade materna, perinatal e infantil (BRASIL, 2012b).

Considerando o contexto da consolidação do Programa Rede Mãe Paranaense, e a necessidade de identificar a adesão dos profissionais de saúde às políticas públicas, avaliando indiretamente a qualidade dos serviços de saúde ofertados, este estudo teve por objetivo identificar o nível de preenchimento e/ou registro da

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR. elisianenovaes@hotmail.com.

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR. rosanarosseto@gmail.com.

³ Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR. patricialouisev@gmail.com.

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR. emiliana_melo@hotmail.com.

⁵ Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Professora Titular do Departamento de Enfermagem e Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM), Maringá-PR. tafmathias@gmail.com.br.

⁶ Enfermeira. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR. Bolsista CAPES. debora.drom@gmail.com.



classificação do risco gestacional nos cartões de gestantes residentes em Maringá, atendidas pelo Sistema Público de Saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório, de corte transversal, desenvolvido a partir de uma amostra representativa de puérperas residentes no município de Maringá, que tiveram parto financiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), entre outubro de 2013 a fevereiro de 2014. Os critérios de inclusão na amostra foram: residir em Maringá; ter realizado no mínimo, uma consulta de pré-natal em Unidades de Saúde do SUS, e estar com o cartão de pré-natal no momento da entrevista.

Os dados são provenientes de um projeto abrangente de pesquisa intitulado “Nascimento prematuro e fatores associados no município de Maringá-PR”, aprovado em edital da Chamada Universal – 14/2013. Os dados foram coletados por meio de entrevista com mulheres puérperas e auditoria no cartão de acompanhamento de pré-natal. As puérperas foram abordadas durante a internação pós-parto, em duas instituições hospitalares em Maringá-PR que atendem ao parto com financiamento do Sistema Único de Saúde.

As variáveis levantadas para este estudo foram: Tipo de cartão da gestante: variável categorizada em cartão Mãe Paranaense e outros; Registro da avaliação do risco gestacional: categorizada em sim ou não; Classificação do Risco gestacional contida no cartão de pré-natal: categorizado em Alto Risco, Risco Intermediário, Baixo Risco e Risco não registrado; Raça/ Cor materna: informação auto referida pela puérpera durante a entrevista, categorizada segundo classificação IBGE (branca; preta, parda e indígena; e amarela); e posteriormente em Branca e Não Branca (Amarelo, Preto e Pardo); Escolaridade materna: questionou-se à puérpera sobre o total de anos de estudo. Criaram-se duas categorias, menos de oito anos de estudo e oito anos ou mais.

Para a coleta de dados, realizou-se busca ativa diária, com as entrevistas aplicadas utilizando um questionário eletrônico (aplicativo Google Docs), com o intuito de armazenar os dados em tempo real (online) e evitar os erros inerentes à transcrição posterior. Todas as puérperas participantes foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa e convidadas a participar da entrevista, após anuência e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Utilizou-se o pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.1 para análise da frequência simples e relativa e teste Qui-quadrado. Considerou-se nível de significância de 95%. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá-PR (nº 412.422/2013), atendendo à Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Pesquisa do Ministério da Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 611 cartões de pré-natal analisados, 206 não possuíam registro da avaliação do risco gestacional. Considerando que o procedimento não anotado possivelmente não foi realizado, infere-se que um terço das gestantes (33,7%) atendidas no pré-natal pela rede pública de saúde não foram avaliadas quanto aos riscos inerentes ao processo gestacional, aumentando as iniquidades em saúde. Sabe-se que um pré-natal ineficaz por si só já aumenta os riscos de eventos indesejados à saúde da mãe e do concepto (BRASIL, 2012).

Dentre as 405 mulheres que tiveram os cartões de pré-natal preenchidos quanto ao risco gestacional, 322 (79,5%) foram classificadas como Risco Habitual, 61 (15,1%) como Alto Risco, e 22 (5,4%) como Risco Intermediário (tabela 1).

Identificou-se que entre as mulheres que não tiveram seu risco gestacional avaliado, 127 (61,7%) eram da raça/cor não branca, com predomínios de negros e pardos. Embora estatisticamente a proporção encontrada não seja significativa ($p \leq 0,06$), outros estudos apontam que há maiores iniquidade nos serviços de saúde às pessoas negras quando comparados às de cor branca (FONSECA; KALE; SILVA, 2015; LEAL et al., 2013).

Encontrou-se que a maioria das gestantes (67,2%) classificadas quanto ao risco gestacional, possuíam mais de 8 anos de estudo, com associação estatística significativa ($p \leq 0,04$). No Brasil, as desigualdades sociais também se colocam como uma barreira de acesso à oferta de serviços de qualidade, pois muitos daqueles que necessitam de um atendimento diferenciado não têm recursos financeiros ou o conhecimento de seus direitos para reclamarem um atendimento suficientemente digno e qualificado (DOMINGUES et al., 2015).

Os resultados mostraram que o cartão de acompanhamento pré-natal elaborado pelo Programa Rede Mãe Paranaense favorece a avaliação e o registro do risco gestacional ($p \leq 0,00$), quando comparado a outros modelos de cartão não padronizados. Isso mostra que os serviços de saúde devem adotar os instrumentos já elaborados e recomendados para facilitar o alcance das metas do Programa Rede Mãe Paranaense.



Tabela 1: Percentual de registro da Classificação do Risco Gestacional no cartão de pré-natal, segundo raça/cor, escolaridade e tipo de cartão de pré-natal, de residentes no município de Maringá-PR, 2013-2014.

	Registro da Classificação do Risco Gestacional no Cartão de pré-natal			Total	
	Não (%)	Sim (%)	X2	N	%
Raça/cor materna					
Branca	79 (30,2)	183 (69,8)	0,063	262	42,9
Não Branca	127 (36,4)	222 (63,6)		349	57,1
Escolaridade materna					
Menos de 8 anos	53 (28,5)	133 (71,5)	0,043	186	30,4
Mais de 8 anos	153 (36,0)	272 (64,0)		425	69,6
Carteira de pré-natal					
Mãe Paranaense	126 (24,4)	391 (75,6)	-	517	84,6
Outra	80 (85,1)	14 (14,9)		94	15,4
Total	206 (33,7)	405 (66,3)		611	100

Fonte: Dados primários

4 CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou que os registros das avaliações do grau de risco gestacional ainda são negligenciados pelos profissionais que realizam o acompanhamento pré-natal. Considerando que a classificação do risco gestacional deve ser realizada rotineiramente e repetida a cada consulta, os níveis de completude se mostraram insatisfatórios.

REFERÊNCIAS

- BEECKMAN, K. et al. The relationship between antenatal care and preterm birth: the importance of content of care. *European Journal of Public Health*, v. 23, n. 3, p. 366–71, 2012.
- BRASIL. Secretaria Estadual de Saúde do Paraná- Sesa. Linha Guia: Mãe Paranaense. Curitiba, p. 43, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF, 2012b.
- FONSECA, S. C.; KALE, P. L.; SILVA, K. S. Pré-natal em mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde em duas maternidades no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: a cor importa? *Rev. bras. saúde matern. infant*, v. 15, n. 2, p. 209-217, 2015.
- LEAL, Maria C. et al. Acesso e utilização de serviços de pré-natal na rede SUS do município do Rio de Janeiro, Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, v. 16, n. 4, p. 953-65, 2013.
- NETO, E. T. S., et al. Prenatal patient cards and quality of prenatal care in public health services in Greater Metropolitan Vitória, Espírito Santo State, Brazil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.28, n.9, p.1650-1662. 2012.
- DOMINGUES, R. M. S. M. et al. Adequação da assistência pré-natal segundo as características maternas no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, v. 37, n. 3, p. 141, 2015.